

5 LOCALIZAÇÃO E ESPAÇO:
VALOR DE USO E VALOR

LOCALIZAÇÃO E ESPAÇO: VALOR DE USO E VALOR¹



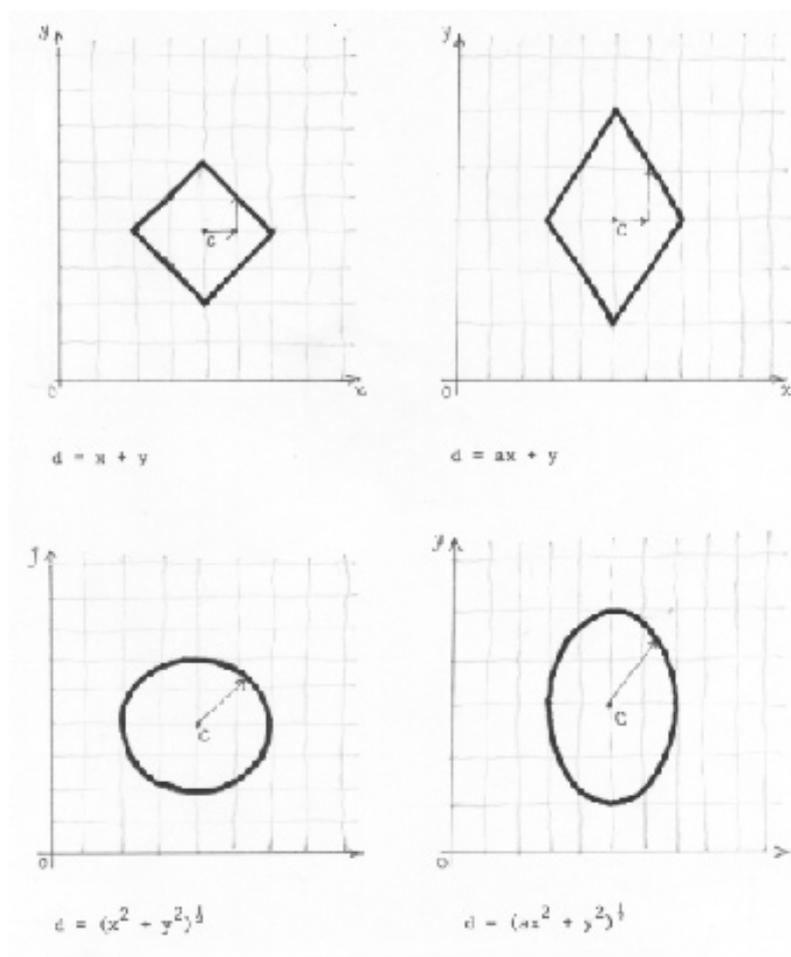
Estação espacial Mir

Localização e espaço

Os conceitos de localização² e espaço derivam da prática social de produção e reprodução no contexto da divisão social do trabalho. Toda sociedade precisa de um território para viver; com a divisão social do trabalho esse território é estruturado em espaço.³ Atividades individuais, isto é, processos de produção e reprodução, requerem uma localização, e entre essas localizações se estabelece uma interconexão de acordo com a interação entre aquelas atividades. Tal interconexão é o próprio estofa, matéria constituinte do espaço e define *como* o espaço está estruturado.

A mais simples –a mais abstrata– representação do espaço é o espaço matemático. Em matemática o espaço é definido pelo modo segundo o qual as distâncias entre pontos são medidas: uma *métrica*. Em outros termos, espaço é formado por pontos –localizações adimensionais– relacionados entre si de uma maneira específica, descrita pela métrica que o define. Localização e espaço são definidas simultaneamente, a matéria constitutiva do espaço sendo o conjunto de relações entre as localizações nele contidas, e a especificidade do espaço consistindo na maneira específica pela qual as localizações são relacionadas entre si.

No mundo concreto em que as sociedades vivem, tanto as localizações como as relações entre as mesmas –que constituem o espaço econômico– precisam se materializar, e para tanto, precisam ser pro-



Espaço em matemática - Um espaço é definido por uma métrica, que é uma representação de como se desloca entre dois pontos. Para as métricas ilustradas, os contornos em linha grossa representam pontos equidistantes ('bolas') dos respectivos 'centros' -- pontos C. Ainda que isso não seja seu objetivo principal, os exemplos correspondem de fato a estruturas espaciais concretas bastante comuns: a malha ortogonal quadrada; a mesma exceto que se move mais facilmente (digamos, mais rápido) em uma das direções; um plano isotrópico sobre o qual se move livremente em todas as direções (como no mar, no ar, ou no deserto); e o mesmo sobre um plano inclinado segundo o eixo Ox.

duzidas. As localizações, de 'pontos', se transformam em extensões finitas, delimitadas, de território, cuja expressão elementar é a forma jurídica de propriedade (ou, anteriormente, direito feudal) -- uma porção de terra, uma área construída (fábrica, habitação, escritório etc) -- materializada em uma superestrutura assentada sobre, abaixo ou acima da superfície terrestre.⁴ Do mesmo modo, as relações que constituem o espaço econômico são caminhos, estradas, fios, cabos, tubulações, antenas, satélites etc, pelos quais objetos materiais e

peças podem ser transportadas de localização a localização. São estruturas físicas –em seu conjunto uma infraestrutura– e devem ser construídas para existirem. Somente assim a distância entre duas localizações (em comprimento, em tempo, em custo monetário), a estrutura do espaço e em última análise, o próprio espaço, se materializa. O espaço econômico é um produto do trabalho.

Localização e espaço no capitalismo

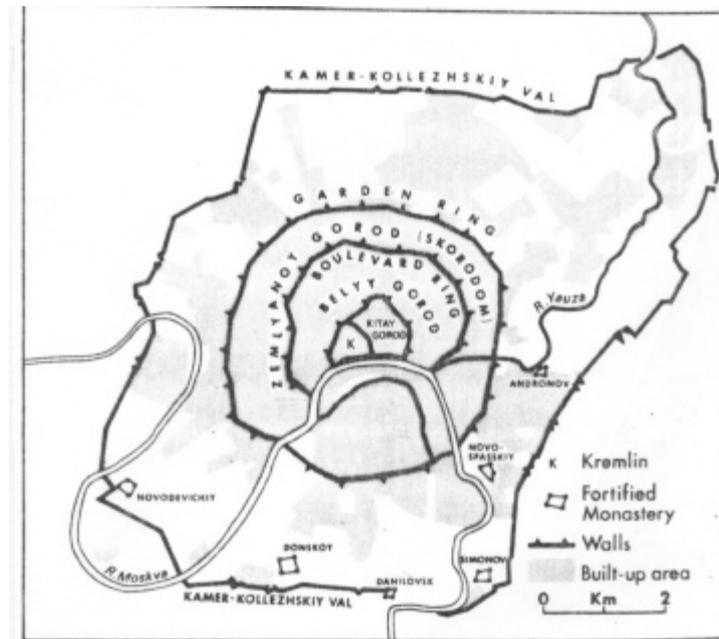
A especificidade do espaço no capitalismo, em particular, se coloca em contornos nítidos à luz das transformações geradas pela substituição do modo de produção feudal pela produção capitalista de mercadorias. No feudalismo a dicotomia campo-cidade derivava da separação da produção (no campo) e troca/consumo (na cidade). A forma-mercadoria era limitada pela produção de subsistência (produção direta de valores de uso) dos servos, ficando restrita ao excedente –a renda–, apropriado pelo senhor feudal que o levaria ao mercado na cidade. A própria existência da forma-mercadoria –e a da classe de mercadores–, nessa forma limitada, dependia da existência de “mercados e esferas de produção *separados*”, que tornava possível “comprar barato e vender caro” (Merrington 1975:177).

O surgimento do capitalismo é precisamente o processo de transformação através do qual a forma-mercadoria se torna generalizada e dominante, a produção para subsistência (alimento, vestuário, moradia) e a produção do excedente enquanto tal (a renda) são subsumidas na produção de valores na forma de mercadorias, através de trabalho assalariado, sob o comando do capital. O valor da produção para subsistência se transforma em salário, o excedente é apropriado na forma de lucro, ambos incorporados no valor das mercadorias, e troca se torna uma troca de equivalentes num mercado *unificado*. Assim, enquanto no feudalismo a separação entre a produção e a troca/consumo, numa constelação de mercados separados, impunha a dicotomia campo/cidade e a fragmentação do território em uma constelação de espaços locais, a produção capitalista de mercadorias num mercado unificado impõe, pelo contrário, a dissolução da dicotomia campo/cidade e a redução da constelação de espaços locais

a um espaço único, no qual mercadoria, trabalho e capital fluem livremente, a uma escala suficiente para sustentar um processo de acumulação autônomo – como aquele realizado historicamente dentro dos limites do Estado-nação moderno.

O mercado unificado requer que seu espaço seja suficientemente homogeneizado por uma infraestrutura de transporte e comunicações, de forma que, embora a diferenciação no espaço persista, sua homogeneidade assegure que não possam emergir regimes independentes de acumulação autônomos (em meio ao que seriam mercados separados *de fato*). Por algum tempo no início do processo de generalização da forma-mercadoria e do trabalho assalariado, os recursos naturais prendiam ainda a produção a sua localização original, até mesmo com o advento da maquinofatura – as primeiras fábricas eram construídas perto dos locais de potencial hídrico que forneciam a energia para mover as máquinas e das fontes de matéria-prima (carvão, ferro). Mas o desenvolvimento dos meios de transporte liberou rapidamente a localização da produção de tais amarras, permitindo a concentração da produção e da força de trabalho, num processo que ficou conhecido como ‘de urbanização’, gerando, de passagem, uma nova diferenciação do espaço que acabara de homogeneizar.⁵

Tal processo de homogeneização do espaço supera tanto a velha distinção cidade/campo quanto a multiplicidade de cidades e campos, isto é: dos espaços locais. A cidade ultrapassa seus muros atrás dos quais guardava a riqueza que não produzira. Muitas cidades haviam já se tornado maiores, antes, que suas prévias muralhas: isso apenas estimulava a construção de novas, num perímetro maior, e tais cidades acumulariam durante os séculos uma coleção de anéis, fortificações concêntricas sucessivas. Mas doravante não se construirá mais muralhas:⁶ a “cidade”, a “urbs”, não tem mais limites; na verdade, não há mais cidade. O que há é um espaço contínuo, que é homogêneo porque as localizações nele contidas são intercambiáveis e *porisso* diferentes entre si, de forma que o espaço se diferencia ao se homogeneizar. Ambas, a homogeneidade e a diferenciação do espaço se moldam incessantemente pela intervenção de capital e de trabalho. Cada época adiciona uma transformação, e a base ‘natural’ é encoberta cada vez mais profundamente sob um

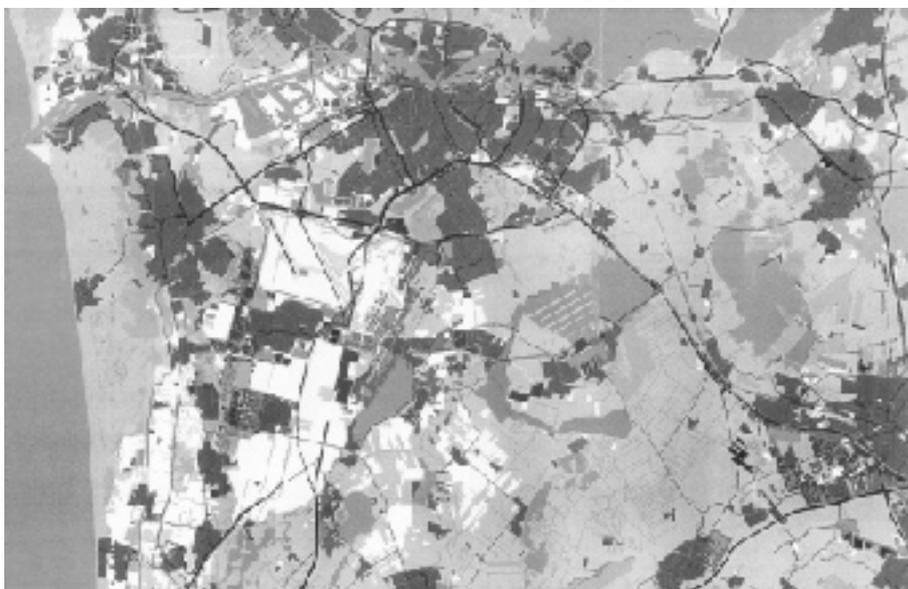


Crescimento de uma cidade feudal: Moscou. Um breve histórico dos sucessivos anéis de fortificação reza:

“A fortificação original, o Kremlin, foi gradualmente desvestida de funções outras que a defesa e o exercício da autoridade (tanto temporal quanto espiritual), como artes manufatureiras, comércio, e a residência dos comerciantes, artesãos e trabalhadores, deslocados para um bairro comercial a Leste, conhecido como o *Kitay Gorod* [Bairro Chinês]. Com o tempo este também foi murado, mas a cidade em expansão se espalhou para novos subúrbios artesãos – o semi-círculo do *Bielyi Gorod*, ou Cidade Branca. O *Bielyi Gorod* foi também cercado no século dezesseis, mas nesta época Moscou estava se expandindo ainda mais para fora, num anel de novos subúrbios, chamados *Zemlianoi Gorod* ou Cidade de Terra, que em 1592 foi também protegido por um muro de terra e palissada (...) Em 1742 a expansão de Moscou muito além de seus velhos limites medievais foi reconhecida através do estabelecimento de novos limites urbanos, o *Kamer-Kollezhskiy Val*, ou Muralha... À diferença dos muros anteriores, o *Val* não era uma obra defensiva, mas uma barreira fiscal...” Figura e citação de Sutcliffe (Ed,1984):356-7.

número sempre crescente de camadas de transformação histórica.⁷ Cidade, campo, floresta, lago, flora e fauna se tornam assunto de arqueologia. Em seu lugar, esse espaço possui ‘usos do solo’. Toda atividade humana: moradia, comércio, serviços, finanças, indústria, lazer, agricultura, e mesmo a natureza (confinada ao jardim botânico e zoológico, à reserva natural ou parque nacional) se tornam usos do solo, confinados em zonas e distritos próprios, apoiados por

edificações, regulamentos e serviços específicos. Este é o *espaço urbano*, um produto histórico, cada porção do qual fica sujeita às



Mapa da região de Amsterdam (no centro, ao alto). À esquerda, Haarlem, à direita Utrecht, na confluência das estradas em baixo, à esquerda, justo fora do mapa, Haia. Ao meio, o aeroporto (Schiphol).

relações dentro do todo – sendo essas relações as próprias relações de produção capitalista e de reprodução social.⁸ O espaço urbano é o espaço de um mercado unificado na economia (produtora) de mercadorias.

Valor de uso e pagamento pela localização

Agora podemos resumir o que precede e passar a investigar a natureza do pagamento pela localização no capitalismo. Localização é um valor de uso para toda atividade de produção ou reprodução, uma vez que é uma condição necessária para o desempenho de qualquer atividade. Uma localização é constituída de uma estrutura física (edifício) apoiada geralmente direto sobre o solo. As propriedades distintivas de diferentes localizações individuais derivam de suas respectivas posições no espaço urbano. Espaço urbano é a totalidade de (localizações interligadas por) uma infraestrutura – vias, redes, serviços etc. – construída e mantida por trabalho social, que

atende aos requisitos da economia e que torna a localização ‘útil’ (isto é, dotado de valor de uso). *Na medida em que* a regulação da economia capitalista, e com ela, a organização espacial da produção (e reprodução) é exercida pelo mercado, localização comanda um preço, ele próprio estabelecido no mesmo mercado. Surge portanto um *pagamento pela localização*, porque localização é um valor de uso, e porque é comercializada enquanto mercadoria, dotada de valor de troca. O pagamento pela localização entra no preço de produção de mercadorias, junto com o pagamento pelas demais condições de produção: trabalho e meios de produção. O preço de mercado dos produtos, que regula as quantidades relativas das mercadorias a serem produzidas, regula assim, ao mesmo tempo, também a distribuição espacial da produção no espaço urbano⁹ e regulação da produção implica necessariamente em organização espacial, através do instrumento do pagamento pela localização. Este último pode tomar, como historicamente tomou, a forma de *renda* ou de *preço*, de acordo com a duração do período pelo qual a localização fica assegurada como uma condição da produção. Se verá abaixo (Capítulo 6 – isto é, de Deák, 1985 – *N.A.*), que uma dessas formas se torna predominante em cada estágio específico de acumulação, preço sendo a forma o predominante no capitalismo contemporâneo. A própria localização em si pode se materializar segundo uma variedade de maneiras no espaço urbano, e essas formas concretas não ‘se explicam’ exceto enquanto localização. Como historicamente a maioria esmagadora das localizações tem tido por suporte a terra, e talvez mais importante que isso, porque no feudalismo a terra era a única ‘fonte de riqueza’, isto é, o suporte da forma dominante de produção de excedente, o pagamento pela localização passou a ser confundido com o pagamento pela terra. De fato, através de toda a história da Economia Política, a terra permaneceu identificada com localização, um “espaço necessário como um elemento de toda produção e toda atividade humana” (*Capital III:774*). Mais tarde, a análise do pagamento pela localização se afastou ainda mais da natureza deste último quando, sendo o pagamento pela localização já identificado com o pagamento pela terra, na forma seja de renda, seja preço, ela construiu a figura ‘renda capitalista da terra’ ou simplesmente ‘renda da terra’, em uma efetiva transposição de uma categoria: ‘renda’, de um modo de produção ao subsequente, a saber, do feudalismo ao capitalismo.

Portanto, ‘terra’ comanda um preço porque e somente porque é um suporte para localização. Reciprocamente, ainda que uma localização *não* esteja sobre terra, haverá um pagamento por ela. De fato, embora *terra* (ou ‘solo’) seja o suporte mais usual de localizações no espaço urbano, ela certamente não é o único – na verdade, com a transformação e diversificação constante do espaço urbano, em função de novas exigências do desenvolvimento da produção, emergem sempre novas formas de localização em crescente variedade. Concessões em águas territoriais, para pesca e agricultura marinha ou para extração de petróleo, dão origem a pagamentos –similares à renda– por localizações nos oceanos, enquanto em satélites artificiais surgem pagamentos análogos, por exemplo, por estações de transmissão, e logo por locais de produção e pesquisa para indústrias, procurando (e tendo os recursos para tanto ou gozando de subsídios estatais¹⁰) explorar técnicas de produção em condições de baixa gravidade e/ou de vácuo. Neste último caso algumas dessas localizações podem ser relativamente ‘fixas’, como em satélites de órbita geo-estacionária, mas igualmente bem podem ser efetivamente ‘móveis’, evidenciando que no espaço urbano não só a localização não se apoia necessariamente na ‘terra’, mas que ela pode ser dissociada até mesmo do conceito de ‘fixidez’ com respeito a um sistema referencial terrestre. O valor de uso de uma localização obviamente não depende de qualquer uma de tais particularidades.



Estação espacial Mir

A localização, enquanto valor de uso comercializado no mercado como uma mercadoria, levanta as questões de seu consumo e de seu valor. Retornaremos ao último em conexão com a produção do espaço, abaixo, mas embora os dois se interrelacionem, a questão do consumo da localização já pode ser respondida em parte. Uma localização só *não* é consumida na produção –como alegaria a teoria de renda*– ao nível individual apenas. Mas localizações se tornam obsoletas com o tempo, tanto devido à degradação física, quanto porque o fluxo das inovações tecnológicas, que acompanha o desenvolvimento da produção, impõe mudanças nos requisitos espaciais de produção e reprodução, às quais o espaço – se não a localização individual – precisa ser adaptado constantemente através de dispêndio de trabalho adicional. Por isso nenhuma

* Porque renda é paga –lembramos– pelos poderes ‘originais e indestrutíveis’ do solo...

localização particular é –como a forma-preço do pagamento pela mesma poderia sugerir– uma condição ‘permanente’ de produção, ou possui um valor de uso intrínseco. O valor de uso de uma localização é transformado incessantemente, e as atividades econômicas individuais precisam, a sua vez, adaptar-se às mudanças do espaço urbano, comparecendo sempre de novo no mercado como “consumidores” negociando por localizações adequadas.

Valor e a produção do espaço

Vimos que espaço urbano é um produto do trabalho. Isso não significa tanto que espaço urbano perca seu conteúdo ‘natural’ – certamente êle é formado por materiais encontrados na natureza. Significa, antes, que quaisquer que tenham sido as transformações que a natureza tenha sofrido até qualquer dado momento particular, ela – natureza, e o produto do trabalho realizado (*past labour*)– podem ser transformados novamente, de forma a não sobrar nela nenhum elemento permanente. É por isso que é infrutífero tentar descobrir o componente natural do espaço – como no caso da teoria da renda – ou tentar determinar a quantidade de trabalho ‘contido’ no espaço em algum período histórico específico, com vistas a mensurar seu valor – como é o caso da teoria do trabalho incorporado (*embodied labour*). Ambas essas abordagens, que buscam determinar *o que é* ao invés de *o que está se tornando* (no sentido de *devenir*), implicam o conceito de equilíbrio – como se um equilíbrio (dos processos produtivos, da distribuição espacial das atividades, etc.) pudesse surgir instantaneamente sobre a base de uma determinada estrutura concreta – apenas para ser rompido no instante seguinte. Nosso enfoque se volta, ao invés disso, às transformações impostas ao espaço pelo trabalho, em consequência do desenvolvimento das forças produtivas que necessariamente acompanha o processo de acumulação. De fato, ‘produção do espaço’ é *transformação* do espaço no sentido estrito de que o produto final das intervenções espaciais não é alguma determinada (‘nova’) estrutura, mas a própria transformação de uma estrutura particular *em si*. Estruturas físicas que surgem em meio ao processo podem permanecer – e uma parte delas permanece de fato – inalteradas por um algum tempo, mesmo que seja somente na espera de serem transformadas de novo assim

que a necessidade para tanto se faça sentir. Mesmo enquanto se mantêm inalteradas em sua forma física, no entanto, essas mesmas estruturas vão se alterando *enquanto valores de uso*, à medida que o processo produtivo se desenvolve – como vimos acima em conexão com o valor de uso das localizações, ou como os exemplos de muitas ‘cidades históricas’, conservadas virtualmente intactas por muito tempo, que pode chegar a vários séculos, vivamente ilustram.¹¹ O ponto crucial é que intervenção no espaço – produção do espaço – significa transformação, mais do que quer a conservação de estruturas existentes, quer a produção de determinada estrutura particular enquanto ‘produto final’, que só poderia ser concebida como um ‘ideal’. O que o desenvolvimento do processo de produção requer é a incessante *transformação* do espaço.

A produção do espaço urbano é governado por leis diferentes daquelas da produção de mercadorias, devido ao fato de o mesmo não poder ser produzido enquanto valor de uso individualizado. No âmbito de produção de mercadorias, o trabalho dispendido na produção de determinada mercadoria é validado socialmente pelo seu consumo, através da venda da mercadoria como valor de uso. Se a mercadoria é inútil, ela não pode ser vendida, e o trabalho gasto na sua produção, validado. Já o trabalho dispendido na produção do espaço não pode ser validado dessa forma, porque espaço não é valor de uso: espaço enquanto tal não pode ser utilizado por um processo de produção ou consumo individual. O valor de uso do espaço é representado pelas localizações nele contidas – mas, por sua vez, uma localização, sendo uma posição no espaço, não pode ser produzida enquanto tal. Qualquer intervenção numa particular porção do espaço resulta numa transformação do espaço como um todo e, em última instância, de todas as localizações nele contidas. O que é *produzido* é o espaço, enquanto localizações – valores de uso – resultam coletivamente. Isso significa que a produção do espaço não pode ser governada pela lei do valor imposta num mercado e, portanto, tem de ser executada coletivamente, ao nível social. Um *quantum* da capacidade produtiva da sociedade (trabalho abstrato) é destinado anualmente à produção da totalidade das transformações em infra- e superestruturas físicas¹² necessárias para adaptar o espaço urbano aos requisitos da produção e reprodução. O tempo de trabalho dispendido na produção do espaço durante determinado

período representa o valor deste último. Este valor não é, de forma alguma, a dedução de um excedente, que ‘de outra forma’ seria de algum modo maior: ao contrário, é uma das precondições da própria produção de excedente. Sem transformação do espaço não pode haver produção sustentada, de forma que o trabalho dispendido na produção do espaço é tão necessário quanto o trabalho dispendido na reprodução dos meios de produção, o mesmo valendo também para todos os demais trabalhos necessários para a manutenção do aparato estatal, isto é, para reproduzir a superestrutura legal, política e administrativa da produção.

Marx provavelmente chegou o mais perto de uma formulação do papel do trabalho dispendido na produção do espaço, em uma passagem sobre os transportes, ao investigar o período de circulação do capital na forma de mercadoria, em *Grundrisse* (pp.521ss). Ele certamente encara este trabalho como necessário, e mesmo a idéia de que seja improdutivo (de mais-valia) é expresso em termos bastante cautelosos. Consideremos a passagem (p.533):

Trabalho pode ser necessário sem ser produtivo. Todas as condições *gerais, coletivas* de produção – enquanto sua produção ainda não possa ser realizada pelo capital enquanto tal e sob suas condições – são portanto pagas de uma parte da renda nacional – através do tesouro nacional – e os trabalhadores não parecem ser trabalhadores produtivos, ainda que aumentem a força produtiva do capital.¹³

Aqui, claramente, os trabalhadores *parecem* improdutivos porque trabalham num setor da economia que não foi mercadorizado – em que a “produção ainda não possa ... ser realizada pelo capital enquanto tal” – de forma que seu “tempo de trabalho excedente, embora [possa estar] presente no produto, não é trocável”. Mais tarde, no *Capital*, Marx – contrário a sua própria intenção – volta a essa aparência, retrocedendo de fato em relação a esta formulação tentativa “que ainda não pode ser bem definida a essa altura” (*id. ibid.*), e virtualmente restringe sua investigação sobre o capitalismo à produção de mercadorias, como Sweezy aponta corretamente.¹⁴ Mas a forma-mercadoria, apesar de ser *dominante* no capitalismo, encontra seus limites *não* devido a alguma força externa, ao contrário: os limites à mercadorização da produção e, conseqüentemente, à produção de valores de uso não mercadorizáveis, pertencem à dialética da produção capitalista.¹⁵ Portanto, se *valor* fôr a expressão de trabalho socialmente necessário, ele não pode ser

restrito às mercadorias.¹⁶

Nem o trabalho para produzir a estrutura espacial, nem o trabalho para produzir as superestruturas jurídico-político-administrativas estão explícitos na fórmula clássica da valorização

$$VE = V + VS, \quad (1)$$

na qual a relação salarial divide o trabalho abstrato total, ou o valor do trabalho total da sociedade, VE , em o valor da força de trabalho, V , e a mais-valia VS , ambos *somente na produção de mercadorias*. Para explicitamente incorporar aquelas porções do trabalho social, podemos então escrever

$$VS = VA + VL + VT,$$

onde VL e VT são os tempos de trabalho gastos na produção do espaço e em todas as outras atividades do Estado, respectivamente, e VA o valor disponível para acumulação (desprezando aqui, e no que segue, o consumo dos capitalistas). Então (1) se torna

$$VE = V + (VA + VL + VT), \quad (1a)$$

com

$$VA = VS - (VL + VT) \quad (2a)$$

Alternativamente, VL e VT podem ser incluídos no tempo de trabalho necessário para reproduzir *todas* as condições de produção. Se W for o tempo de trabalho necessário para reproduzir a força de trabalho (bens de subsistência) e os meios de produção diretos (bens de capital) consumidos na produção de mercadorias, podemos escrever

$$V = W + VL + VT.$$

Neste caso (1) se torna

$$VE = (W + VL + VT) + VS \quad (1b)$$

com

$$VA = VS. \quad (2b)$$

A primeira formulação é centrada na distinção trabalho produtivo/ improdutivo, enquanto a segunda, na distinção trabalho necessário (produtivo e improdutivo)/ trabalho excedente, ou sobretrabalho. As duas formulações são, obviamente, equivalentes.¹⁷ A taxa de acumulação, a medida da expansão da potência, ou força produtiva da sociedade, definida como o tempo de sobretrabalho sobre o tempo de trabalho total necessário (produtivo e improdutivo), é, na primeira formulação

$$e = \frac{VA}{V + (VL + VT)} \quad (3a)$$

e na segunda formulação, que será usada no que segue por ser consistente com a relação capital/trabalho assalariado definido ao nível da sociedade, temos

$$e = \frac{VS}{W + VL + VT} \quad (3b)$$

Do ponto de vista da acumulação, tudo que importa é a quantidade total de trabalho gasto na produção do espaço como proporção do trabalho necessário. A distinção trabalho produtivo/ improdutivo é uma outra divisão do trabalho social, que se refere à distinção entre produção de mercadorias e produção de valores de uso, mas ela não pode dar conta, por si só, do fato da reprodução ampliada – vale dizer, da acumulação.

O valor da força de trabalho dispendida na produção do espaço dissipa as objeções da economia política clássica quanto ao pagamento pela terra estar incluído no preço de produção das mercadorias. O trabalho gasto na produção do espaço é validado indiretamente, ao nível coletivo, no consumo das mercadorias que tenham sido produzidas por todo o espaço urbano. A transformação do espaço urbano dá origem a novos pagamentos pelas localizações nele contidas, que serão ocupadas por novos processos (técnicas) individuais de produção. Tais pagamentos serão incorporados ao preço da produção das mercadorias, de forma que o trabalho dispendido na produção do espaço é finalmente validado dessa forma mediata no consumo das mercadorias. ‘Valor de uma localização’, entretanto, não tem significado, pois que, como vimos, nenhuma porção do espaço tem qualquer conteúdo específico de trabalho abstrato: todo trabalho efetuado em qualquer parte do espaço redefine (transforma) o espaço urbano como um todo.¹⁸ Assim –e na verdade, exatamente como no caso das mercadorias–, o preço de uma localização não provém de seu suposto valor, senão, simplesmente, de sua condição de instrumento de organização da produção sob as condições correntes de competição entre capitais. Uma vez que a mercadorização e, com ela, a regulação pelo mercado, não podem se generalizar pelo todo da economia capitalista, tais condições de competição são circunscritas pela intervenção estatal. Assim como o fluxo de capital entre firmas e indústrias é regulado em maior ou menor grau (de acordo com o estágio de acumulação), através de taxas, subsídios, intervenção direta, regulação afetando concentração e centralização de capital, controle alfandegário transnacional e assim por diante, da mesma forma é a localização espacial enquadrada por leis de zoneamento, tributos imobiliários, serviços públicos etc, de forma

que o preço da localização exerce sua função de organização apenas dentro dos confins da ‘liberdade’ remanescente do mercado.

O pagamento pela localização e acumulação

Em ortodoxia em relação à teoria da renda clássica, o preço da localização (na forma do preço da terra) tem sido visto como uma barreira à acumulação capitalista, conduzindo a teses bastante difundidas sobre a nacionalização, ou desapropriação da terra como solução.¹⁹ Uma forma arquetípica do argumento reza:

...o preço de compra da terra (renda da terra capitalizada subsumida sob a ficção legal [*sic*] do valor da terra) tem o efeito de subtrair capital do investimento em produção agrícola. A propriedade particular (grande ou pequena) constitui um obstáculo ao desenvolvimento das forças produtivas na agricultura.²⁰

Uma visão como essa confunde capital com uma soma de dinheiro.²¹ A única coisa que poderia acelerar a acumulação, no que toca à localização, é a redução do tempo de trabalho necessário para produzir o próprio espaço (VL), reduzindo assim o tempo do trabalho necessário total (V) e nós vimos que isso não tem absolutamente nada a ver com o preço da terra.

Se a terra não tivesse preço (e a regulação espacial estivesse sendo executada por um planejamento central, algo tão pouco provável quanto anarquia total da produção), tudo o aconteceria é que a quantidade de *dinheiro* correspondente seria retirado do investimento de capital, do preço das mercadorias e dos salários –vale dizer, de circulação– e a expressão monetária do trabalho abstrato se alteraria de acordo. Mas a quantidade de trabalho dispendido, as técnicas de produção, e em última instância, a taxa de acumulação SV/V permaneceriam inalteradas. Mudariam apenas as denominações sob as quais os fluxos de capital seriam efetivados (excluindo, no último caso, a denominação ‘preço da terra’), ou, no caso de meras variações do preço da terra (como aquelas geradas pela regulação legal, como o zoneamento de usos do solo, que não a eliminam mas interferem em sua magnitude) as *proporções* dos fluxos sob a mesma denominação, e que compõem o capital adiantado para a produção, mas sem alterar VS/V , ou sequer a taxa (monetária) de lucro.

O exemplo acima mostra, incidentalmente, que o argumento atrás da idéia do ‘planejamento racional’ é o mesmo que aquele segundo o qual ‘renda’ constitui um freio à acumulação: planejamento –através de zoneamento de usos, empreendimentos públicos etc.– tornaria a produção ‘mais eficiente’. Do que precede, já podemos concluir no entanto que planejamento –isto é, intervenção estatal– não vem para aumentar a ‘eficiência’ (vale dizer, a taxa de acumulação) que, ‘de outro modo’, isto é, sem planejamento, seria mais baixa, mas por pura necessidade imposta pelos limites à mercadorização da economia. Em outras palavras, a intervenção estatal não torna a produção de mercadorias mais ‘eficiente’ – ela a torna *possível*.

A necessidade de planejamento na organização espacial

Se a pura e simples ‘abolição’ do pagamento pelas localizações não alteraria, por si só, as condições de produção (contanto que uma igualmente ‘eficiente’ regulação planejada seja colocada no lugar da regulação pelo mercado), e, por conseguinte, da acumulação, ainda assim, a percepção intuitiva, numa economia regulada pelo mercado, de que os preços da terra são ‘muito altos’ tem, ou pode ter, um sentido. Isto é, pode significar que o espaço urbano esteja diferenciado demais, ou, reciprocamente, que não esteja suficientemente homogeneizado pela infraestrutura, resultando numa competição acirrada pelas localizações desejadas. Em outros termos: mais trabalho investido na infraestrutura espacial, mesmo que seja desviado da produção direta de mercadorias²² (e assim, como que ‘perdido’ para a produção de *mas-valia* durante o período de construção), tornaria a produção mais eficiente (a acumulação mais rápida), ao reduzir o trabalho total necessário V durante certo período durante o qual os efeitos de tal investimento se fizessem sentir (isto é, antes de serem exauridos ou se tornarem obsoletos).

Por exemplo, se o desvio de 10% da força de trabalho durante 2 anos cria um sistema de transporte (ou melhora o existente) de forma a reduzir o trabalho necessário (ou evita seu aumento) em 5% para os subsequentes 18 anos, tal investimento resulta em uma redução do trabalho necessário, e, se o tempo de trabalho total permanecer inalterado, em um acréscimo correspondente da *mas-valia* e em um acréscimo (relativo) ainda maior da taxa de excedente.

Tanto o decréscimo em trabalho necessário V como o acréscimo na taxa de

excedente e dependerão do valor vigente de e . Assim, o novo excedente $SV' = e' V'$ (média anual relativo a todo o período de 20 anos) será

$$e' V' = \left(1 + \frac{18 \cdot (0,05/e) - 2(0,1)}{20}\right) \cdot e V$$

ou

$$\frac{e' V'}{e V} = 1 + \frac{0,9/e - 0,2}{20}$$

mostrando que o acréscimo da mais-valia é positivo para todo $e < 4.5$ (isto é, para todo e menor que um improvavelmente alto 4,5, acima do qual os ganhos não compensam a perda de *toda* a mais-valia produzida pelos 10% da força de trabalho em dois anos de construção), e constitui geralmente a maior parcela, a menor sendo o valor de partida e . Em particular,

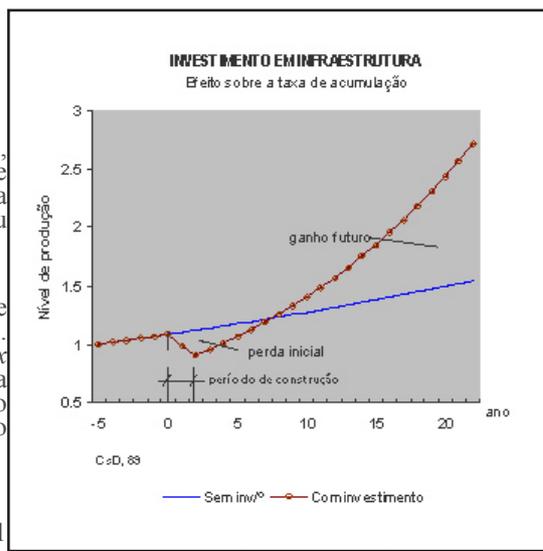
e	e'	Δe (%)
.03	.078	160
.05	.099	97
.10	.151	50
.15	.202	35
.33	.391	17
.50	.563	13

taxas incômodamente baixas, abaixo de 5%, serão mais que duplicadas, enquanto taxas acima de 50% crescerão meros 10% ou menos.

O exemplo numérico que precede pode ser facilmente generalizado. Assim, se o melhoramento toma x anos para 100λ por cento da força de trabalho e reduz o trabalho necessário em 100δ por cento para os seguintes T anos, temos

$$k = \frac{e' V' + \delta/e}{e V} = \frac{x(1-\lambda) + T(1-\lambda)}{x + T}$$

$$\frac{e'}{e} = k [e (k - 1) - 1]$$



Investimento em infraestrutura: efeito sobre a produção através do tempo. - Após um primeiro período (de construção), durante o qual há uma perda inicial de consumo (produto de tudo menos a própria infraestrutura, a produtividade do trabalho mais alto em função da própria infraestrutura, acaba compensando, com folga, o investimento inicial.

É desnecessário dizer que eventuais ganhos obtidos através da redu-

ção do trabalho necessário não são automaticamente incorporados ao tempo de sobretrabalho – isto dependerá da organização do processo de trabalho, com a participação tanto dos trabalhadores como dos capitalistas (como oponentes, por causa de seu respectivo interesse imediato, tanto enquanto indivíduos quanto como classes) – mas a redução do trabalho necessário é uma condição necessária, se não suficiente, para o aumento da taxa de excedente (produção de ‘mais-valia relativa’) em um regime de acumulação intensiva.

O exemplo acima mostra, de um lado, porque investimento em infraestrutura espacial é particularmente vantajoso em tempos de crise, quando a taxa de excedente é baixa; e isso além do fato de o mesmo constituir uma aplicação conveniente para (capital e) trabalho que não encontra escoadouro na produção direta de mercadorias porque na velha estrutura de produção o trabalho abstrato gasto em sua produção não pode ser validado.

A história ilustra a estreita relação entre crises de produção e *booms* de construção de estradas de ferro, transporte, obras civis, etc. Após a intensa acumulação de capital fixo em manufaturas durante a revolução industrial, a acumulação foi estancada por volta de 1830 – que é também o momento do primeiro *boom* ferroviário.²³ Na véspera da retomada da expansão industrial induzida pelo ‘Livre Comércio’ (1847) veio o segundo *boom* ferroviário, esse, o maior de todos (na Inglaterra)²⁴ que preparou o caminho para a ‘idade de ouro dos industriais’, os anos 1850 e 1860. Quando, finalmente, a grande depressão se implantou, ela foi acompanhada, durante a primeira década, pelo “pico de investimento para todos os transportes (estradas de ferro e marinha mercante) ... alcançado nos anos 1870”.²⁵ Similarmente, o horizonte das cidades americanas (New York, Chicago) foi transfigurado pela proliferação de arranha-céus, tanto na véspera –os anos vinte –, como na esteira –a década de trinta– da grande crise. O *Empire State Building*, construído em 18 meses a 24 horas por dia pela “mão-de-obra barata da pré-recessão”²⁶ é apenas o espécime mais famoso de uma espécie populosa criada por essa explosão de construção civil que aumentou o investimento em infraestrutura para mais da metade do capital fixo total.²⁷ A crise atual também não deixou de chamar a atenção de alguns sobre a necessidade de investimento em infraestrutura,²⁸

embora sem resultado decisivo. Isso se deve provavelmente ao fato de a taxa de acumulação no setor de mercadorias ter sido sustentada até o presente crise adentro (fim de 1984) por uma política sem precedentes de acumulação de dívida (externa, pública, bancária, corporativa, de consumidores, hipotecária – totalizando hoje [isto é, 1984 -N.A.] em torno de US\$ 8 trilhões, ou duas vezes o produto nacional) praticada pelos Estados Unidos, com o que *parece* que a taxa de excedente *e* continua alta (na verdade, é apenas consumo a crédito).

Por outro lado, também fica evidente no exemplo analítico acima que virtualmente todas as variáveis envolvidas na avaliação dos efeitos do investimento preconizado estão fora da alçada dos capitalistas individuais, mesmo em termos de informação, o que dizer de controle. Uma crise indica inequivocamente a necessidade de redução do trabalho necessário total, como uma proporção da capacidade de trabalho social. Disso, entretanto, nenhuma regra pode ser derivada a respeito da distribuição do trabalho necessário entre o setor de produção de mercadorias (ou, dentro deste, entre os ‘departamentos’ produtores de bens de produção e de consumo, respectivamente) e o setor estatal (e no arcabouço deste, entre a produção de espaço e a produção de todos os demais serviços). Anteriormente havíamos enfatizado em conexão com a formulação de trabalho necessário

$$V = W + VL + VT \quad ,$$

que uma redução do trabalho necessário para produção do espaço aumentaria a produtividade do trabalho social, mas é claro que uma redução equivalente do trabalho necessário em ‘todas as outras atividades’ do Estado (*VT*) ou no setor produtivo (*W*) aumentaria a produtividade igualmente. Uma queda da taxa de acumulação provoca uma ‘crise’ que alerta que a produção tem que ser transformada –reorganizada –, e em particular, que algum dos componentes do trabalho necessário precisa ser reduzido. Isto pode ser feito através da redistribuição do uso da força de trabalho – isto é, pela reorganização do processo produtivo – na base de alguma regulação. No capitalismo, como que um modelo da economia é constituído na economia de mercado, onde a taxa de acumulação é colocada (*posited*) como lucro materializado na relação capital/salário, e

que então é deixada a cargo da regulação através da competição no mercado. Se a mercadorização pudesse ser estendida à totalidade da produção, essa última poderia ser integralmente regulada pelo mercado – uma suposição cujo absurdo é refletido pelo fato de que a totalidade da produção social seria ‘anárquica’. Uma sociedade não pode ser anárquica, nem as relações sociais podem ser totalmente reificadas. O setor de mercadorias fica, portanto, dependente do setor estatal, e inversamente; pois ambos fazem parte do mesmo todo. A regulação da produção é exercida portanto em primeira instância pelo mercado, e numa segunda instância pela intervenção consciente (planejada) praticada pelo Estado através de tentativa-e-erro e guiada pelos sinais emitidos pela economia de mercado. A regulação da produção de mercadorias vem a ser uma regulação dos processos individuais de produção que competem entre si sob as condições geradas simultaneamente por sua própria competição – geralmente chamadas de *forças de mercado*– e pelas atividades do Estado, geralmente referidas como *intervenção estatal*.

No entanto, para dar conta do processo de produção concreto, é necessário distinguir entre as formas concretas de capital que participam do primeiro com respeito a sua inércia, ou rigidez, quanto a alterações no processo de produção. O exemplo acima na verdade já dizia respeito à produção de capital fixo, isto é (em sua forma mais geral), à produção de uma dada estrutura que viesse a aumentar a produtividade do trabalho por algum período duradouro. A regulação do processo de produção, tanto no caso dos processos individuais de produção de mercadorias, quanto no caso da produção direta de valores de uso – infraestruturas espaciais por exemplo–, torna necessário introduzir a distinção capital fixo/capital circulante, e com ela, o conceito correlato de técnicas de produção.²⁹

Notas

- 1 Este é o Capítulo 4 de minha tese de doutorado, traduzido por Francisco de Almeida, aluno-estagiário de 1988 no curso de graduação da FAU, e revisado por Klára K Mori e pelo próprio autor.
- 2 Localização: no sentido de *locus*. Era *location* em inglês, que não se traduz por ‘locação’ e também se traduz um tanto precariamente por ‘localização’, mas

- talvez ‘lugar’, que também seria uma possibilidade, também não seria melhor. Adiante, uma outra dificuldade: *commodity economy* não se traduz por economia de mercado, sendo preferível o um pouco pesado ‘economia (produtor) de mercadorias’ (N.do A).
- 3 No comunismo primitivo, em que a produção não é individualizada, o território não necessita ser estruturado em espaço. Certamente membros da comunidade se movem de local a local no território, mas este último é usado em sua forma natural e não é transformado por intermédio do trabalho; localizações não se tornam individualizadas. É isto que permite a essas comunidades se deslocarem de um território a outro sob o efeito de algum impulso externo, seja uma agressão de outra comunidade ou sociedade, ou meras variações sazonais da natureza. Um número reduzido dessas formas de sociedade sobreviveu até nossos dias, como, por exemplo, alguns grupos de indígenas da região amazônica, sociedades cuja permanência até hoje foi viabilizada por um território suficientemente amplo para permitir sua forma nativa de vida.
 - 4 Notar que a forma mais simples de localização, uma porção de terra, já é um produto social materializado –mesmo se não considerarmos a cerca a seu redor– num título legal escrito, a concreção do qual os pequenos proprietários (*freeholders*) da Inglaterra do século 17 sentiram duramente na pele, após a abolição do direito feudal pela instituição do direito burguês à terra – a saber, a propriedade privada (Hill,1967:147).
 - 5 Diferenciação e homogeneização vão de par – uma particular localização se diferencia de qualquer outra somente por ambas pertencerem ao mesmo espaço, que é suficientemente homogêneo para incluir uma e outra – duas localizações não pertencentes ao mesmo espaço não são diferentes: elas não se comparam. Homogeneização e diferenciação formam a unidade dialética do processo de produção do espaço (ver também adiante).
 - 6 A inutilidade, e mesmo desutilidade, dessas fortificações em torno das cidades não poderia ter sido demonstrada de forma mais vívida que durante as revoluções européias de 1848, quando do cerco de Viena: o inimigo –estudantes, trabalhadores e segmentos da classe média de Viena– estavam no *interior* dos muros, e as tropas do Imperador, *fora*. Onze anos mais tarde a mesma cidade forneceu mais um exemplo de reinterpretação de ‘segurança’ nas cidades, no edital de concurso de um dos primeiros planos de desenvolvimento urbano (ver Seção 8.4 em Deák, 1985, acerca do surgimento do planejamento), o concurso *Ringstraße*: “A influência do exército sobreviveu à queda das fortificações... O próprio edital de concorrência exigia a manutenção dos quartéis ao Sul da velha cidade, e o planejamento de novos ao Norte. A comunicação entre esses dois pontos militarmente significativos teria que ser concebida numa escala generosa para permitir rápido movimento de tropas” (Breitling,1980:40).
 - 7 O que se segue não se aplica a economias “locais” apenas – ou então, toda economia é local: “...a estrutura das economias locais pode ser vista como o produto da combinação de “camadas”, da imposição sucessiva, ao longo dos anos, de novas levas de investimento, novas formas de atividade” (Massey, 1984:117-8, formulado pela primeira vez em Massey, 1979).
 - 8 A palavra ‘urbano’ e seus derivados não têm sido usados consistentemente na literatura atual. O significado predominante que se lhe associa tem sido “similar à cidade”, (cidadino), como, por exemplo, em Merrington, quem, após discorrer

acerca da redução da dicotomia cidade/campo no capitalismo, fala de “desurbanização da metrópole” como sinônimo de “dissolução da cidade na região urbana” (Merrington, 1975:190) – o uso correto seria ‘urbanização da cidade’ ao invés de sua ‘desurbanização’. Da mesma forma, ‘urbano’ tem sido utilizado em contradição a ‘rural’. Entretanto, vimos que a dicotomia cidade/campo não foi meramente transformada no capitalismo (numa suposta dicotomia urbano/rural); senão ela foi completamente aniquilada, dissolvendo a ambos, a cidade e o campo, no espaço urbano. É por isso que “região urbana”, “economia urbana”, etc, não possuem qualquer conteúdo específico, como evidenciado pela falência das diversas tentativas de capturá-lo (para uma revisão e crítica destas tentativas, ver Ball, 1979). Para designar o que as cidades se tornaram, usamos ‘aglomeração urbana’ – uma expressão conveniente por aludir ao fato de se referir a concentrações de atividades de densidade acima da média, e, ainda, a que seus limites são indefinidos e irrelevantes, cujo traçado, se o caso se apresentar, depende de alguma definição arbitrária, como todos os planejadores de zoneamento de uso do solo bem o sabem.

- 9 “O preço natural (preço de produção) de uma mercadoria é simplesmente o preço que tem que ser pago, sob condições competitivas, para assegurar a produção dessa mercadoria em qualquer escala dada” (Rowthorn 1980:183-4, citado acima em parte). Nesta definição do preço de produção não é colocado, mas é evidente que “assegurar a produção” necessariamente deve incluir que essa mercadoria seja capaz de conquistar (pagar por) uma localização adequada para sua produção na escala apropriada.
- 10 Novos processos de produção frequentemente pagam pela localização na forma renda preferencialmente a preço, por razões discutidas no Capítulo 6 abaixo [de Deák, 1985- *N.A.*], e por razões similares frequentemente gozam de subsídios estatais. No caso de um laboratório ‘espacial’ (extraterrestre) planejado a que se referiu no exemplo, tais subsídios são antecipados na ordem de centenas de milhões de dólares. Uma nota adicional caberia aqui, devido a localizações terem sido associadas tão estreitamente, por tanto tempo, com uma base ‘natural’, indestrutível, etc. O pagamento por uma localização num satélite *poderia* parecer um pagamento correspondente a seu custo de produção, uma vez que ele é inteiramente ‘feito pelo homem’ (sem conteúdo ‘natural’). Isso será retomado adiante; mas pode-se observar desde já que nada no exemplo aqui apresentado se alteraria se a mesma estação espacial a servir de suporte ao laboratório fosse estabelecida, digamos, na Lua.
- 11 Ou, de forma similar, “os meios de comunicação e transporte herdados do período manufatureiro logo se tornaram amarras intoleráveis para a Indústria Moderna” (*Capital I*:363).
- 12 Infraestruturas: que servem de suporte a unidades jurídicas de localização definidas ao nível da superfície terrestre, ou (quando definidas no solo) *lotes*. Superestruturas: construções dentro do lote, que podem (ou não) dar origem a localizações individuais derivadas, como apartamentos ou escritórios. A distinção relevante entre infraestrutura e superestrutura é que a primeira recai no âmbito do “público” – assim tanto sua produção como utilização são necessariamente realizadas coletivamente, enquanto a última pode ser produzida, distribuída e usada em posse por indivíduos, quer dizer, no âmbito da propriedade privada. No que se segue nos ateremos sobretudo à infraestrutura, mas é útil assinalar que a distinção entre infra- e superestrutura, assim como a precisa delimitação de uma

- ‘localização’, dependem ambas da maneira – que pode se adaptar à prática social ao longo do tempo – pela qual a propriedade privada é definida no território.
- 13 Onde podemos seguramente supor que a expressão final seja um deslize de pena, que deveria se ler: “...aumentam a capacidade produtiva do trabalho (a serviço do capital)”.
- 14 Sweezy (1972):49ss.
- 15 Em oposição ao ponto de vista sustentado por Uno (1964) seguido por Sekine (1967) e outros, e que, tendo levado a lógica do *Capital* até suas últimas consequências, chega à conclusão de que uma ‘sociedade totalmente capitalista’ não pode se desenvolver por causa dos limites à mercadorização da economia. É apenas um passo lógico a mais, sustentar então que “o Estado burguês (é) uma instituição alheia ao capital” (Sekine, 1967:154).
- 16 Compartilhamos, aqui, o ponto de vista de Aglietta segundo o qual assim como o trabalho necessário, ou abstrato, tal também valor só pode ser definido ao nível social (Aglietta, 1976, especialmente pp.38-47). A despeito dessa visão, no entanto, o próprio Aglietta acaba restringindo valor à forma-mercadoria, na qual o trabalho socialmente necessário é *diretamente* validado, e a produção de valores de uso (não-mercadorias) entra apenas como uma *divisão de lucros*, que então pode ser inscrito de volta no campo do valor *a posteriori*, como “simplesmente um resultado *ex-post*, sem maior significado” (*op.cit.*, p.62).
- 17 Rowthorn deu uma demonstração formal desta equivalência em outro exemplo. Ele mostrou que se numa economia a força de trabalho no setor privado, E_p , é especializado e no setor educacional (governamental, ‘improdutivo’) a força de trabalho E_G não é especializado, e provê a especialização da primeira, o valor total no setor privado é $E_p (1 + E_G/E_p) = E_p + E_G$. “Este resultado poderia ter sido obtido diretamente considerando-se todo o trabalho realizado na economia como unskilled (isto é, ‘trabalho abstrato homogêneo’ –CD) e então simplesmente somando-se o trabalho realizado nos dois setores” (Rowthorn, 1980:241-2).
- 18 Isso na verdade vale também para as mercadorias que só ‘incorporam’ quantidades específicas de trabalho *concreto*, onde mesmo a quantidade de trabalho abstrato necessário para produzir uma mercadoria particular fica sem sentido, pois que o trabalho necessário só pode ser definido ao nível social em qualquer estágio prevaiente de desenvolvimento da produção. O não-reconhecimento disto deu origem ao assim chamado ‘problema da transformação’ – a transformação de valores em preços (ver, por exemplo, Kay 1979, Aglietta 1967 e uma interpretação deste último, Driver 1981). A propósito, note-se que Driver diz que Aglietta resolveu o problema da transformação (*op.cit.*, p.162): melhor teria sido dizer que segundo Aglietta isto não é um ‘problema’, porque valores e preços não pertencem ao mesmo âmbito, ou espaço. De qualquer modo, se é mais difícil perceber que ‘valor de uma mercadoria’ é uma expressão sem sentido, porque *parece* que mercadorias possam ser produzidas individualmente, o mesmo se torna bem mais evidente no caso das localizações no espaço, que são simplesmente inconcebíveis isoladamente.
- 19 Apesar de que tenha sido largamente assinalado que a propriedade privada da terra seja essencial para privar o trabalhador de seus meios de subsistência, ou, o que é o mesmo, à existência do trabalho assalariado e portanto ao capitalismo, propostas de nacionalização da terra têm alcançado o nível do debate político, da Inglaterra (Massey & Catalano, 1978:16ss) ao Brasil (Singer, 1978) e ao Japão

- (Uno, 1964:102,108).
- 20 Hindess (1972):16 citado por Massey & Catalano (1978):52.
- 21 Ao mesmo título se poderia dizer então que salários são uma “dedução” dos lucros (como na formulação neo-ricardiana, onde salário é uma ‘variável distributiva’). Capital, é claro, comparece no mercado na forma monetária, na qual assegura as condições de produção: localização, meios de produção e trabalho. As proporções nas quais estes se manifestam na composição do capital total é um resultado da regulação da produção. Em particular, a organização espacial entra na regulação da produção por intermédio do pagamento pela localização que é uma parte do capital total *empenhado* como uma *condição* da produção. – Notemos, de passagem, que o pressuposto de que a renda, no capitalismo, pudesse ser paga ao final do período produtivo (implícito na conceito de que a renda é paga com base no ‘sobrelucro’) é uma idéia fantástica peculiar à teoria da renda, como aquela da existência de uma classe de terratenentes que possuem a terra mas nada mais (de forma que não podem ser capitalistas). Seguramente, a renda feudal era realizada (mais do que paga) durante o período de produção, e seu resultado aparecia ao final do mesmo, exatamente como no caso do sobretrabalho do trabalhador assalariado. No entanto, o senhor feudal controlava o processo produtivo assegurando assim tanto a produção quanto a apropriação do excedente – uma condição que claramente não está presente no capitalismo, como todos os economistas clássicos e Marx faziam questão de enfatizar.
- 22 Isso não é um pressuposto necessário. De maneira mais geral, este exemplo se refere a uma queda temporária da taxa de mais-valia enquanto a produção é reorganizada, de maneira a permitir a recomposição da taxa de acumulação no futuro.
- 23 Deane & Cole (1967):231.
- 24 Os gastos somente em sua construção chegavam a perto de 10% do produto nacional (*op.cit.*, p.239).
- 25 (*id.ibid.*) Mais adiante: “A indústria (de transporte) contribuiu para o crescimento do produto nacional não apenas em virtude de seus próprios incrementos de produtividade, mas também reduzindo os custos de outros ramos de indústrias.” Os custos de transporte de cargas a granel caíram para a metade entre 1820 e 1866, e fretes de cargueiros caíram mais de 40% de 1871 para 1911 – (*id.ibid.*).
- 26 Amery, Colin (1984) “City of dreadful height” *Financial Times* July 2:15.
- 27 Aglietta (1967):106.
- 28 Na Grã-Bretanha, “reivindicações de maiores gastos em projetos de infraestrutura tiveram forte presença” a uma conferência anual da Confederation of British Industry [o equivalente à CNI -*N.A.*] reunida para apresentar a Primeira Ministra [Margaret Thatcher *N.A.*] uma lista de prioridades da indústria britânica” (*Financial Times*, Nov.8 1984:6). Nos EE.UU, a manchete de capa trazia: “A Decadência da América (Suas Barragens, Pontes, Estradas e Sistemas de Água Estão Rápidamente Desmoronando)” e apresentava uma estimativa de US\$ 3 trilhões como o “custo dos consertos necessários” (p.22). De fato, as despesas do governo americano em infraestrutura haviam efetivamente caído de 1973 a 1981 em cerca de 25% em termos *absolutos* (p.27).
- 29 Esta frase remete aos capítulos 5 (subsequente) e 7 da tese de doutorado (Deák,

1985), que tratam do capital fixo; aqui omissas pelas razões mencionadas na introdução a essa Parte II.